

CONFIDENCIAL



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

*Gabinete do Ministro*CONSELHO DE MINISTROSSÚMULA DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS EMREUNIÃO DE 11 DE SETEMBRO DE 1974

Presentes todos os Ministros à exceção do Ministro do Trabalho, que se fez substituir pelo Secretário de Estado da Emigração até às 16 horas, momento em que passou a participar nos trabalhos durante algum tempo conjuntamente com o referido Secretário de Estado.

1. ANTES DA ORDEM DO DIA

- 1.1.1 O Primeiro Ministro deu conhecimento ao Conselho da situação em Moçambique e da sua evolução.
- 1.1.2 Intervieram na discussão os Ministros dos Assuntos Sociais, Melo Antunes, da Coordenação Interterritorial, dos Negócios Estrangeiros e Álvaro Cunhal.
- 1.2. Pelo Primeiro Ministro foram dadas indicações referentes ao inquérito sobre os acidentes ocorridos no Rossio quando da proibida manifestação do MPLA.



- 1.3.1. Pelo Primeiro Ministro foi solicitado que se efectuassem controles expeditos sobre preços.
- 1.3.2. Intervieram na discussão o Ministro do Trabalho e o da Economia que deu esclarecimentos sobre a política adoptada.
- 1.4.1. Pelo Ministro do Trabalho foi suscitado o problema do saneamento nas empresas privadas.
- 1.4.2. Intervieram na discussão os Ministros Vitor Alves, da Administração Interna, da Economia, Alvaro Cunhal, Melo Antunes, Negócios Estrangeiros, do Equipamento Social, Secretário de Estado da Emigração.
- 1.4.3. Foi deliberado: ~~relativamente~~ à projectada manifestação do pessoal da Margueira:
- a) Que se tomem medidas impedindo a manifestação;
 - b) Por nove votos contra sete foi aprovado que se fizesse hoje um comunicado sobre a situação;
 - c) Que o Ministro da Justiça estude e apresente ao Conselho a possibilidade de procedimento penal contra os membros da Comissão Delegada.
- 1.5.1. O Ministro da Economia deu conta da apreensão do sector das pescas relativamente à notícia da próxima libertação do Almirante Tenreiro.
- 1.5.2. Intervieram na discussão os Ministros da Justiça, Alvaro Cunhal, Trabalho, Magalhães Mota, Negócios Estrangeiros,



Assuntos Sociais, Vitor Alves e Almeida Santos, sobre o processo legal da actuação relativamente aos responsáveis do fascismo e as declarações do Comandante Conceição e Silva sobre "auto-saneamento" nas empresas.

1.6.1. Pelo Ministro dos Assuntos Sociais foi levantado o problema da actuação de alguns trabalhadores da Previdência.

1.6.2. Foi deliberado:

- a) dar resposta negativa aos trabalhadores;
- b) se for julgado politicamente aconselhável proceder criminalmente contra os responsáveis.

2. ORDEM DO DIA

2.1. Foi aprovada a súmula da reunião anterior.

2.2.1. Reiniciou-se a discussão na especialidade do projecto da lei eleitoral

2.2.2. Relativamente ao voto dos nacionais residentes no Ultramar foi deliberado atribuir-lhes direito de voto, em fórmula a estabelecer.

2.2.3. O mesmo foi deliberado em relação aos militares e funcionários em serviço externo.



CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

4

2.2.4 Relativamente ao artº. 137º, foi deliberado por sete votos contra quatro uma nova redacção — proposta do Ministro dos Assuntos Sociais.

2.2.5. Pela mesma maioria foram votadas as alterações (aditamentos) propostas aos artºs. 46º. e 47º.

2.2.6. a) Por oito votos contra cinco foram deliberadas alterações ao nº. 1 do artº. 5º;

b) Foi eliminada a possibilidade de voto de todos os emigrantes por sete votos contra quatro;

c) Foi mantida a redacção da parte final do artigo com alteração para ou por oito votos contra cinco;

d) Quanto ao número de anos ^{de} ausência foram votados

10 anos — 4

5 anos — 9

2 anos — nenhum voto;

e) Por oito votos contra quatro foi eliminada a condição de ter os pais no território eleitoral.

f) Por seis votos contra quatro foi aditada a expressão "menores" na parte final do nº. 2 do artº. 5º;



- g) Por doze votos a favor foi eliminado o nº. 3 do artº. 5º;
- h) Por sete votos foi votada a manutenção do artº. 5º, nº. 4;
- i) Foi aprovado a modificação da redacção do nº. 2 do artº. 5º, substituindo a expressão "no estrangeiro" por "fora do território eleitoral"
- 2.2.7 Foi eliminada por onze votos a parte referente às "comissões auxiliares do recenseamento" no nº. 2 do artº. 18º.
- 2.2.8 Foi deliberado aditar o nº. 4 do artº. 19º, prevendo penalidades para os membros da comissão que intencionalmente falseiem o recenseamento e eliminar o nº. 2 do mesmo artigo e a expressão "conscientemente" no nº. 3.
- 2.2.9 No artº. 20º, nº. 2 o número passará a ser de 1000 ^{o número de} /eleitores por caderno.
- 2.2.10 Foi deliberado substituir o nº. 1 do artº. 25º, de modo a que a designação seja feita pelo Presidente da Câmara Municipal ou Comissão Administrativa de acordo com os critérios que presidiram à constituição do Governo Provisório.
- 2.2.11 No nº. 2 artº. 25 os recursos são respectivamente para o Presidente da Câmara ou Governo Civil.



CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

6

2.2.12. Foi eliminado o nº. 1 do artº. 26º. e aprovada nova redacção do nº. 2 de modo a que às entidades privadas só sejam feitos pedidos.

Quanto ao nº. 2 o Ministro da Comunicação Social votou contra com declaração de voto.

2.2.13. Foi eliminado o artº. 29º.

2.2.14. Foi aprovada a alteração proposta pelo Ministro dos Assuntos Sociais relativamente ao nº. 2 do artº. 35º.

2.2.15. Relativamente ao artº. 37º. as comissões de recenseamento serão as da sede do estabelecimento.

2.3. Foi aprovado com alterações o projecto de diploma que equipara os lugares de enfermeiros da D.G. Aeronáutica Civil aos enfermeiros de 1ª. classe.

2.4. Um novo projecto de diploma que concede subsídios vitálicos será circulado por cinco dias.

2.5. Foi aprovado o diploma que regula o provimento, recondução e colocação dos agentes e auxiliares do ensino.

2.6. Foram transferidos para a próxima reunião os pontos não debatidos.



CONFIDENCIAL

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro

7

3. DEPOIS DA ORDEM DO DIA

31. Foi decidido encarar em grupo restrito problemas de ligação da TAP à Guiné.

3.2.0 Ministro dos Assuntos Sociais propôs o problema de um comunicado dos funcionários da Previdência em que são tomadas atitudes de reprovação a decisões deste Conselho e daquele Ministério.

Foi aprovado o lançamento, pelo Ministério dos Assuntos Sociais, de um comunicado esclarecedor, com aval do Conselho de Ministros.

3.3. O Ministro da Economia solicitou a inclusão no comunicado do C.M. da notícia acerca da deslocação de uma missão à Polónia, Hungria e Roménia.

Foi aprovado.

3.4. O Secretário de Estado da Emigração, levantou o problema dos cabo-verdianos desempregados.